

Proposta da Administração referente à Assembleia Geral Ordinária (*Annual General Meeting*) a ser realizada em 30 de abril de 2019

PPLA PARTICIPATIONS LTD.

Índice:

1. Introdução	03
2. Edital de Convocação	04
3. Item 10 do Formulário de Referência	05
3.1 Parecer dos Auditores Independentes para o exercício social encerrado em 31.12.2018	40
4. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2018, Anexo 9 – 11 – II da Instrução CVM n. 481/2009	45
5. Nomeação da empresa de auditoria independente	50
6. Eleição de membros do Conselho de Administração – Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência	51

1. Introdução

PPLA PARTICIPATIONS LTD.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 15.073.274/0001-88

Código CVM n.º 80152

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:

A PPLA Participations Ltd. (“Companhia”, “PPLA” ou “PPLA Participations”), em cumprimento ao disposto na Instrução CVM n.º 481/2009, apresenta, conforme a seguir, a proposta da administração acerca da Assembleia Geral Ordinária (*Annual General Meeting*) a ser realizada no dia 30 de abril de 2019 na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, às 11:00 horas de Brasília.

A Companhia informa ainda que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes encontram-se disponibilizados no sítio da CVM na Internet por meio do sistema IPE, juntamente com as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP).

Ademais, referidos documentos encontram-se à disposição dos Acionistas, no endereço eletrônico da PPLA na Internet: ri.pplaparticipations.com.

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à proposta acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, ou por meio do telefone (11) 3383-9697 ou pelo e-mail ol-juridico-societario@btgpactual.com.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

A administração

PPLA PARTICIPATIONS LTD.

2. Edital de Convocação

Ficam os acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária da PPLA Participations Ltd., companhia devidamente constituída de acordo com as leis de Bermuda (“Companhia”), a ser realizada na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, CEP 22.250-040, Brasil, em 30 de abril de 2019, às 11:00 horas, com o seguinte propósito:

AGENDA

1. Nomeação do presidente da Assembleia.
2. Confirmação da convocação.
3. Recebimento e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e o relatório dos auditores independentes contidos nesta.
4. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com o estatuto social da Companhia.
5. Deliberar sobre a nomeação de um auditor independente para a Companhia, com mandato a partir da conclusão da Assembleia Geral Ordinária até a conclusão da próxima Assembleia Geral Ordinária na qual as demonstrações financeiras da Companhia serão apresentadas.
6. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o ano de 2019.

Instruções Gerais:

A Assembleia Geral Ordinária será realizada no idioma português.

As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e o relatório dos auditores independentes estão disponíveis no endereço eletrônico da Companhia na internet www.ri.pplaparticipations.com.

Os titulares de BDR's (Certificado de Depósito de Ações) registrados nos livros do Banco Bradesco S.A. ou nos registros da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC ao final do dia 16 de abril de 2019 terão o direito de instruir o agente depositário, Banco Bradesco S.A., até 23 de abril de 2019, na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, São Paulo, CEP: 06029-900 – Aos cuidados do Departamento de Ações e Custódia (*Custody and Registrar Department*), a exercer o direito de voto em relação a sua participação.

29 de março de 2019.

A Administração
PPLA PARTICIPATIONS LTD.

3. Item 10 do Formulário de Referência.

10.1 Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão Geral

A PPLA Participations Ltd (“PPLA Participations” ou “Companhia”) foi constituída para realizar investimentos em posição proprietária, incluindo ativos no Brasil e no exterior. A PPLA Participations é sócia administradora (*general partner*) da PPLA Investments LP (“PPLA Investments”), que é o veículo pelo qual os investimentos são realizados.

Áreas de Atuação da PPLA Participations

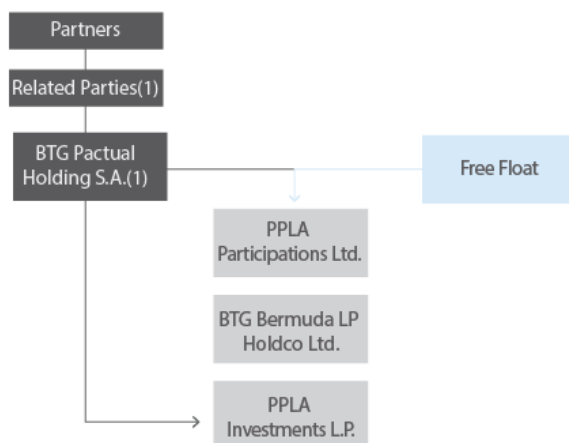
- **Principal Investments.** Atividades de investimento em posição proprietária em uma ampla gama de instrumentos financeiros, incluindo investimentos em *Merchant Banking* e investimentos imobiliários principalmente no Brasil e investimentos em uma variedade de instrumentos financeiros no mercado global.
- **Private Equity.** As atividades de *private equity* referem-se à gestão de fundos de *private equity*, que são Investimentos realizados em ações de sociedades de capital fechado ou de capital aberto cuja ação não pode ser negociada livremente em bolsas de valores, cujo capital é financiado por terceiros investidores qualificados e pela própria Companhia.

Estrutura Acionária

Composição Acionária



PPLA Participations Ltd. | PPLA 11



Por meio de sua subsidiária integral BTG Bermuda LP Holdco Ltd., a PPLA Participations Ltd. (PPLA) detém uma participação correspondente a 28,51% do capital do PPLA Investments L.P. As ações da PPLA Investments são detidas pela PPLA como um portfólio de investimentos contabilizado ao valor de mercado em conformidade com o IFRS10 e representam substancialmente as ações da PPLA (PPLA11).

Notas:

(1) Inclui units adquiridas por veículos de investimento detidos, individual ou coletivamente, por determinados sócios e veículos sob o controle comum da Partnership.

Estão apresentadas na tabela a seguir as demonstrações dos resultados da PPLA Participations relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 elaboradas de acordo com o IFRS:

	Em milhares de reais		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com juros	-	-	-
Despesas com juros	-	-	-
Resultado líquido de juros	-	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros mantidos para negociação	-	-	-
Resultado líquido com ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto, antes da mudança de status para entidade de investimento	-	-	-
Resultado líquido com instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-
Perdas por impairment	-	-	-
Reclassificação da variação cambial - Mudança de status	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	239
Ganho / (perdas) com portfólio de investimento, mensurado ao valor justo	(162.956)	(531.952)	108.287
Resultado operacional	(162.956)	(531.952)	108.526
Despesas administrativas	-	(105)	(182)
Outras receitas / (despesas)	-	(1)	-
Lucro / (prejuízo) do exercício	(162.956)	(532.058)	108.344
Lucro / (prejuízo) atribuído aos acionistas:			
Controladores	(162.956)	(532.058)	108.344
Não controladores	-	-	-
Lucro / (prejuízo) por ação (básico e diluído em R\$)	(2,34)	(1,29)	0,16

2018

PPLA Participations apresentou um prejuízo de R\$ 163 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As demonstrações financeiras e os resultados da PPLA Participations são reflexo da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2018, era de 28.0%. A PPLA Investments, por sua vez, teve receitas negativas, principalmente relacionadas as perdas no portfólio de Merchant Banking, especialmente devido à marcação a valor justo nos instrumentos de crédito junto a BR Pharma e Leader, e pelas despesas financeiras provenientes do custo da sua própria dívida. Essas perdas foram parcialmente compensadas por ganhos na marcação a valor justo dos Bonds perpétuos do Banco BTG Pactual S.A. As perdas mencionadas acima foram em parte compensadas por ganhos provenientes da marcação a valor justo do nosso fundo de investimento FIP Principal, relacionada com o nosso investimento em CCRR. As variações desses investimentos transitam apenas pelo patrimônio da PPLA Investments, impactando o resultado apenas da PPLA Participations. Em 31 de dezembro de 2018, o número total de units teóricas da PPLA111 era de 100,5 milhões, e seu valor contábil por unit era de R\$0.07, considerando seu patrimônio de R\$6,8 milhões.

2017

PPLA Participations apresentou um prejuízo de R\$ 532 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. As demonstrações financeiras e os resultados da PPLA Participations são reflexo da sua participação no capital da PPLA Investments, que em 31 de dezembro de 2017 era de 28.0%. A PPLA Investments, por sua vez, teve receitas negativas, principalmente relacionadas as perdas no portfólio de Merchant Banking, especialmente devido a marcação a valor justo nos instrumentos de crédito junto a BR Pharma e Leader, e pelas despesas financeiras provenientes do custo da sua própria dívida. Essas perdas foram parcialmente compensadas por ganhos na marcação a valor justo dos Bonds perpétuos do Banco BTG Pactual S.A. As perdas mencionadas acima foram em parte compensadas por ganhos provenientes da marcação a valor justo do nosso fundo de investimento FIP Principal, relacionadas com os nossos investimentos em UOL e Estre. As variações desses investimentos transitam apenas pelo patrimônio da PPLA Investments, impactando o resultado apenas da PPLA Participations. Em 31 de dezembro de 2017, o número total de units teóricas da PPLA111 era de 100,5 milhões, e seu valor contábil por unit era de R\$ 6,26, considerando seu patrimônio de R\$628,8 milhões.

2016

No exercício social encerrado em 2016, as receitas negativas da PPLA Participations estão principalmente relacionadas a perdas no segmento Global Markets e a ajustes negativos em investimentos de *private equity*. A contribuição positiva no exercício de 2016 estava relacionada principalmente à marcação a mercado positiva da posição em *bonds* emitidos pelo Banco BTG Pactual S.A. Os ativos da PPLA Participations consistem principalmente em: (i) Bonds emitidos pelo Banco BTG Pactual S.A.; (ii) Empréstimo aos *partners* do BTG Pactual; e (iii) legacy portfólio de Private Equity. Com relação ao *legacy portfolio* de *private equity*, os principais ativos são: (a) um empréstimo corporativo para a União de Lojas Leader; (b) um empréstimo e investimento em ações na BR Pharma; (c) a BRPec, uma empresa do setor de agropecuária; e (d) a B&A, uma ex-joint venture para explorar o setor de mineração. Na maioria dos casos, esses ativos estão passando por processos de reestruturação. O BTGP também mantém outros ativos de *private equity*, principalmente por meio de fundos de investimento, co-

mo a Bodytech, a CCRR e o UOL, entre outros investimentos menores. As despesas operacionais da PPLA Participations estão historicamente baixa, no valor R\$17,4 milhões no exercício de 2016.

b) Estrutura de capital

A PPLA Participations mantém seu capital social em nível e composição que considera suficientes para conduzir as suas operações de acordo com padrões adequados de capitalização. O Grupo administra o seu capital preponderantemente por meio de emissões de capital e dívidas subordinadas. Adicionalmente, o Grupo BTG Pactual administra as suas exigências de capital estabelecendo limites às suas áreas de negócio com relação ao capital empregado em suas operações. As definições de capital utilizadas pelo Grupo BTG Pactual seguem, em geral, os princípios e diretrizes estabelecidos em seus comitês e reuniões.

A PPLA Participations aloca o seu capital às suas áreas de negócio e estabelece limites às suas operações, de acordo com extensos critérios de enquadramento de capital, balanço patrimonial e monitoramento e administração de riscos. Historicamente, a PPLA Participations tem sido capaz de manter níveis adequados de capitalização, que não só excedem de maneira significativa os níveis de capital que tipicamente seriam exigidos para suportar as suas operações, mas também excedem de maneira significativa os níveis de capitalização de seus competidores. Além disso, a PPLA Participations acredita que, em razão de sua estrutura de Partnership, que facilita os processos decisórios, na medida em que mantém os Partners Seniores na administração de seus negócios, ele é capaz de administrar suas exigências de capital com agilidade e eficiência.

A PPLA Participations acredita que seu capital de giro é suficiente para suas necessidades presentes.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da PPLA Participations era R\$ 3.799 milhões, comparado com R\$159,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$722,6 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, o capital da PPLA Participations era composto conforme quadros abaixo:

31/12/2018					
	Autorizadas	Emitidas	Valor Nominal	Direito a voto	Voto por ação
Classe A (i)	5.000.000.000	28.146.673	-	Sim	1
Classe B (i)	10.000.000.000	56.293.346	-	Não	-
Classe C	1	1	10	Sim	(*)
Classe D	1.000.000.000	-	0.0000000001	Sim	1
Total	16.000.000.001	84.440.020			

31/12/2017					
	Autorizadas	Emitidas	Valor Nominal	Direito a voto	Voto por ação
Classe A (i)	5.000.000.000	28.146.637	-	Sim	1
Classe B (i)	10.000.000.000	56.293.346	-	Não	-
Classe C	1	1	10	Sim	(*)
Classe D	1.000.000.000	-	0.0000000001	Sim	1
Total	16.000.000.001	84.439.984			

31/12/2016					
	Autorizadas	Emitidas	Valor Nominal	Direito a voto	Voto por ação

Classe A (i)	5.000.000.000	269.481.035	-	Sim	1
Classe B (i)	10.000.000.000	538.962.070	-	Não	-
Classe C	1	1	10	Sim	(*)
Classe D	1.000.000.000	-	0.0000000001	Sim	1
Total	16.000.000.001	808.443.106			

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A liquidez é essencial aos negócios da PPLA. A gestão de liquidez é determinada por políticas e procedimentos estabelecidos pela PPLA, que objetivam que a PPLA sempre tenha acesso ao caixa necessário para satisfazer as suas obrigações em situações normais de e severos estresses de mercado.

O princípio mais importante da gestão de liquidez da PPLA é a manutenção de uma forte e constante posição de capital – o colchão de liquidez. O colchão de liquidez da PPLA é calculado de forma a ser suficiente para manter as operações de por, no mínimo, 90 dias, em um cenário em que a PPLA não consiga obter novos financiamentos no período.

Além disso, a PPLA mantém um plano de contingência para administrar sua liquidez sob condições adversamente severas de mercado, baseado na imposição de restrições a suas atividades de financiamento e redução de sua exposição, além da venda de instrumentos líquidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Em relação à PPLA Participations, durante os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016 a PPLA Investments não firmou instrumentos relacionados a fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas.

Considerando que as demonstrações financeiras e os resultados da PPLA Participations são reflexo da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2018, era de 28.0%. Cumpre ressaltar que, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, os empréstimos e financiamentos da PPLA Investments era composto conforme quadros abaixo:

	Indexador	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
		Custo	Custo	Custo
Empréstimos obtidos no exterior	Libor e 1,15% a 5,3% a.a.	2.024.190	5.328.498	5.959.040
Medium term notes	0,8%a.a. até 100% CDI	290.975	1.722.732	2.442.645
Total		2.315.165	7.051.230	8.401.685

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva. A variação cambial vinculada aos passivos financeiros denominados em moeda estrangeiras está apresentada em “Outras receitas / (despesas)”.

Parte dos empréstimos e das *medium term notes* são garantidos pela BTG Pactual Holding S.A., controladora do Banco BTG Pactual S.A.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Considerando que as demonstrações financeiras e os resultados da PPLA Participations são reflexo da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2018, era de 28.0%, cumpre ressaltar que a PPLA Investments, financia as suas atividades por meio de acesso a fontes diversificadas no Brasil e no exterior, emissão de instrumentos de dívida e depósitos em diferentes mercados.

Adicionalmente, a PPLA Investments mantém um plano de contingência para administrar sua liquidez sob condições adversamente severas de mercado, baseado na imposição de restrições a suas atividades de financiamento e redução de sua exposição, além da venda de instrumentos líquidos.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

I. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Em relação à PPLA Participations, durante os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016 a PPLA Investments não firmou contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, em adição àqueles apresentados no item d.

Tendo em vista que as demonstrações financeiras e os resultados da PPLA Participations são reflexo da sua participação no capital da PPLA Investments, que em 31 de dezembro de 2018 era de 28.0%, considerando o critério de relevância, salientamos os contratos de financiamento firmados por sua controlada PPLA Investments: (i) Em 31 de maio de 2016 foi firmado Loan Agreement com Banco do Brasil, New York, no valor de \$250,000,000.00; (ii) Global Medium-Term Note Programme garantido (atualizada em 30 de junho de 2014), no valor de \$3,000,000,000.00; e (iii) Global Medium-Term Note Programme não garantido (emitido em 25 de junho de 2015), no valor de \$2,000,000,000.00.

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em relação à PPLA Participations, durante os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016 a PPLA Investments não firmou contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, não possuindo relações de longo prazo com instituições financeiras.

Considerando que as demonstrações financeiras e os resultados da PPLA Participations são reflexo da sua participação no capital da PPLA Investments, que, em 31 de dezembro de 2018, era de 28.0%, cumpre ressaltar que a PPLA Investments possui relações de longo prazo com o Banco do Brasil, NY, em razão do *Loan Agreement* citado acima.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas referentes a emissões e captações não subordinadas possuem preferência no pagamento em relação às dívidas subordinadas.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo estas restrições.

Não há restrições impostas a PPLA Participations em suas dívidas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à alienação de ativos e à emissão de novos valores mobiliários.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, não há limites à utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme o *International Accounting Standard* (IAS 34) – *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*).

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, uma vez que a maioria das transações dos negócios da Companhia são nesta moeda. A moeda funcional das controladas é geralmente a moeda do país em que estão inseridas.

a. Pronunciamentos do IFRS revisados

I. Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e não há impactos para as demonstrações contábeis da Companhia.
- IFRS 17 – Contratos de Seguros: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- *Premium Allocation Approach (PAA)*: aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de duas opções:
- Isenção temporária: adoção da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, ou seja, a partir de janeiro de 2021. Esta opção se aplica, apenas, às entidades com atividades relevantes de seguro (acima de 80% dos passivos totais) e que não tenham aplicado antecipadamente a IFRS 9;
- Abordagem de Sobreposição: adoção da IFRS 9, contudo, para os ativos reclassificados para a categoria Valor Justo por meio do Resultado, transferir os efeitos da adoção da IFRS 9 do Resultado do período para Outros Resultados Abrangentes até a vigência da IFRS 17.

A Companhia não possui contratos de seguros na data-base de elaboração dessas demonstrações contábeis.

- **Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures)**: As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da Companhia.

10.2. Resultado Operacional e Financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

- **Demonstrações dos Resultados da PPLA Participations Ltd.**

A tabela a seguir contém as demonstrações dos resultados consolidados da PPLA Participations relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas de acordo com o IFRS:

	Em milhares de reais		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com juros	-	-	-
Despesas com juros	-	-	-
Resultado líquido de juros	-	-	-
Ganhos com instrumentos financeiros mantidos para negociação	-	-	-
Resultado líquido com ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto, antes da mudança de status para entidade de investimento	-	-	-
Resultado líquido com instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-
Perdas por impairment	-	-	-
Reclassificação da variação cambial - Mudança de status	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	239
Ganho / (perdas) com portfólio de investimento, mensurado ao valor justo	(162.956)	(531.952)	108.287
Resultado operacional	(162.956)	(531.952)	108.526
Despesas administrativas	-	(105)	(182)
Outras receitas / (despesas)	-	(1)	-
Lucro / (prejuízo) do exercício	(162.956)	(532.058)	108.344
Lucro / (prejuízo) atribuído aos acionistas:			
Controladores	(162.956)	(532.058)	108.344
Não controladores	-	-	-
Lucro / (prejuízo) por ação (básico e diluído em R\$)	(2,34)	(1,29)	0,16

- **Ganho / (perda) com portfólio de investimento mensurado ao valor justo**

Segue abaixo a composição da rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 e 2015:

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Portfólio de entidade de investimento ganho / (perda)	(162.956)	(514.485)	266.533
Ajuste líquido de valor justo dos empréstimos concedidos e contratados pela PPLA Investments	-	(17.467)	(158.246)
Total	(162.956)	(531.952)	108.287

- **Outras receitas / (despesas) operacionais**

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Equity Kicker	-	-	-
Outras receitas / (despesas) operacionais (i)	-	-	239
Total	-	-	239

(i) Refere-se principalmente à variação cambial sobre transações monetárias

- **Despesas administrativas**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Honorários de profissionais	-	(105)	(182)
Despesas do sistema financeiro	-	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	-
Total	<u>-</u>	<u>(105)</u>	<u>(182)</u>

2018

A PPLA Participations apresentou um prejuízo de R\$ 6,04 milhões e um resultado abrangente negativo de R\$ 6,6 milhões no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2018 (4T 2018). As demonstrações financeiras e os resultados da PPLA Participations são reflexo da sua participação no capital da PPLA Investments, que em 31 de dezembro de 2017 era de 28.0%. A PPLA Investments, por sua vez, teve receitas negativas, principalmente relacionadas as perdas no portfólio de Merchant Banking, especialmente devido a marcação a valor justo nos instrumentos de crédito junto a BR Pharma, e pelas despesas financeiras provenientes do custo da sua própria dívida. As perdas mencionadas acima foram em parte compensadas por ganhos provenientes da marcação a valor justo do nosso fundo de investimento FIP Principal, relacionadas com os nossos investimentos em CCRR. As variações desses investimentos transitam apenas pelo patrimônio da PPLA Investments, impactando o resultado apenas da PPLA Participations. Em 31 de dezembro de 2018, o número total de units teóricas da PPLA111 era de 100,5 milhões, e seu valor contábil por unit era de R\$0.07, considerando seu patrimônio de R\$6,8 milhões.

2017

A PPLA Participations apresentou um prejuízo de R\$ 100,6 milhões e um resultado abrangente negativo de R\$ 90,1 milhões no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2017 (4T 2017). As demonstrações financeiras e os resultados da PPLA Participations são reflexo da sua participação no capital da PPLA Investments, que em 31 de dezembro de 2017 era de 28.0%. A PPLA Investments, por sua vez, teve receitas negativas, principalmente relacionadas as perdas no portfólio de Merchant Banking, especialmente devido a marcação a valor justo nos instrumentos de crédito junto a BR Pharma, e pelas despesas financeiras provenientes do custo da sua própria dívida. Essas perdas foram parcialmente compensadas por ganhos na marcação a valor justo dos Bonds perpétuos do Banco BTG Pactual S.A. As perdas mencionadas acima foram em parte compensadas por ganhos provenientes da marcação a valor justo do nosso fundo de investimento FIP Principal, relacionadas com os nossos investimentos em UOL e Estre. As variações desses investimentos transitam apenas pelo patrimônio da PPLA Investments, impactando o resultado apenas da PPLA Participations. Em 31 de dezembro de 2017, o número total de units teóricas da PPLA111 era de 100,5 milhões, e seu valor contábil por unit era de R\$ 6,26, considerando seu patrimônio de R\$628,8 milhões.

2016

No 4T 2016, as receitas negativas da PPLA estavam principalmente relacionadas a perdas no segmento Global Markets e a ajustes negativos em investimentos de private equity. A contribuição positiva no exercício de 2016

estava relacionada principalmente à marcação a mercado positiva da posição em bonds emitidos pelo Banco BTG Pactual S.A. Os ativos da PPLA consistiam principalmente em: (i) Bonds emitidos pelo Banco BTG Pactual S.A.; (ii) Empréstimo aos partners do BTG Pactual; e (iii) legacy portfólio de Private Equity. Com relação ao legacy portfolio de private equity, os principais ativos eram: (a) um empréstimo corporativo para a União de Lojas Leader; (b) um empréstimo e investimento em ações na BR Pharma; (c) a BRPec, uma empresa do setor de agropecuária; e (d) a B&A, uma ex-joint venture para explorar o setor de mineração. Na maioria dos casos, esses ativos estavam passando por processos de reestruturação. A PPLA também mantém outros ativos de private equity, principalmente por meio de fundos de investimento, como a Bodytech, a CCRR e o UOL, entre outros investimentos menores. As despesas operacionais da PPLA estão historicamente baixas: no 4T 2016, elas totalizaram R\$3,2 milhões, e, no exercício de 2016, R\$17,4 milhões.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que o PPLA Participations, por meio de sua controlada PPLA Investments e através de sua única área de negócio, *Principal Investments*, é um veículo de investimentos do Grupo PPLA. Nesse sentido, não houve a introdução ou alienação de segmento operacional no PPLA Participations.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2018

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devido à situação financeira da Brasil Pharma S.A. (“BR Pharma”) e ao recente pedido de recuperação judicial realizado pela entidade, foi registrada uma redução adicional nos créditos mantidos com a PPLA Investments no montante de R\$262 milhões. A Administração da Companhia continua monitorando o processo de reestruturação da BR Pharma, a probabilidade de sucesso e continuidade operacional, além da consequente capacidade de receber os valores ativados. Em 31 de dezembro de 2018, a exposição da PPLA Investments na BR Pharma equivale a um empréstimo corporativo de R\$56,8 milhões (2017: R\$318,4 milhões) registrado ao valor justo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a PPLA Investments avaliou a zero seu investimento no Grupo Bravante devido à redução do volume transportado, à perda de contratos comerciais relevantes, além do elevado endividamento da empresa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a PPLA Investments registrou ganho de valor justo de R\$350,5 milhões na Universo Online S.A., como resultado da Oferta Pública de Ações da PagSeguro na NYSE (New York Stock Exchange) ocorrido em 24 de janeiro de 2018.

2017

Em 31 de dezembro de 2017 em virtude da situação financeira da BR Pharma e do recente pedido de recuperação judicial realizado pela mesma, foi apurado um impairment adicional nos créditos detidos junto a esta empre-

sa no valor de R\$ 453 milhões. A Administração da PPLA Participations segue monitorando o processo de reestruturação da entidade, a probabilidade de êxito e sua continuidade operacional, além da consequente capacidade de recebimento dos valores ativados.

2016

Em 31 de dezembro de 2016, a subsidiária BTGI Investimentos Florestais S.A. realizou um aumento de capital integralmente subscrito pelo Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse. Em decorrência desse aumento, a BTGI Investimentos Florestais S.A. adquiriu o equivalente a 26,67% da Timber XI SPE S.A. pelo valor de aproximadamente R\$8,27 milhões.

Em 29 de julho de 2016, a Companhia, por meio da sua subsidiária BTG Pactual Brazil Infrastructure Fund II LP, vendeu a sua participação na Latin America Power Holding B.V para BTGPH Corp Hedge Fund, controlado pelo BTG Pactual International Portfólio Fund II SPC por US\$60.454 (equivalente a R\$190.810 no momento da transação), via transferência de ações ao valor de custo sem ganhos ou perdas registradas.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia, por meio da sua subsidiária BTG Equity Investments LLC, vendeu a sua participação na ADS – Advanced Disposal Service para BTGPH Corp Hedge Fund, controlado pelo BTG Pactual International Portfólio Fund II SPC por aproximadamente US\$94.347 (equivalente a R\$302.835 no momento da transação), via transferência de ações ao valor de custo sem ganhos ou perdas registradas.

Em 12 de abril de 2016, PPLA Investments celebrou, juntamente com o BTG Pactual Principal Investments FIP, contratos por meio do qual se comprometeram a alienar a totalidade de suas ações na União de Lojas Leader S.A. (“Leader”) e com isso, o BTG deixa de ter influência na gestão da companhia. Adicionalmente, até a data de emissão das demonstrações contábeis, a PPLA Investments, através de uma subsidiária, possuía, entre outros compromissos, créditos, no montante de R\$1.162 milhões, decorrentes da absorção de passivos da Leader no processo de reestruturação das suas dívidas. A alienação da União de Lojas Leader S.A. foi concluída em 28 de julho de 2016. O preço de venda das ações é um valor simbólico e o recebimento de créditos se dará por meio da geração de caixa oriunda da Leader, incluindo decorrente de sua eventual alienação pelos atuais controladores.

Em 21 de março de 2016, a A.Z.P.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., subsidiária da PPLA Investments, celebrou um contrato de compra e venda de ações com a Gaia Ambiental Empreendimentos S.A, na qual ela se compromete a alienar a totalidade das ações que detém na CDR Pedreira por aproximadamente R\$258 milhões, ao valor de custo sem ganhos ou perdas registradas.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

1. Principais práticas contábeis

a. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer que a administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

b. Moeda funcional e de apresentação

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, uma vez que a maioria das transações dos negócios da Companhia são nesta moeda. A moeda funcional das controladas é geralmente a moeda do país em que estão inseridas.

Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das controladas, cuja moeda funcional é diferente da adotada pela Companhia, são convertidas para moeda funcional da Controladora utilizando os critérios definidos no IAS 21.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas que não sejam o dólar norte-americano são convertidos para dólar norte-americano às taxas de câmbio de fechamento em cada final de período. As transações não monetárias de ativos e passivos são convertidas pela taxa histórica. As transações durante o encerramento do exercício, incluindo compras e vendas de títulos, receitas e despesas, são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e as perdas em transações em moeda estrangeira são incluídos em ganhos cambiais líquidos na demonstração do resultado abrangente.

Moeda de apresentação

A demonstração financeira está sendo apresentada usando o Real como moeda de apresentação exclusivamente para atender aos requerimentos específicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador brasileiro.

A conversão da moeda funcional dólares norte-americanos para Reais (moeda de apresentação) foi efetuada considerando a metodologia prevista no IAS 21 – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras que são resumidas a seguir:

- As contas de ativo e passivo foram convertidas pela taxa de câmbio de fechamento de cada balanço patrimonial. As contas de resultado foram convertidas usando a taxa média mensal.

- Em relação aos saldos de patrimônio de cada período para os quais o IAS 21 não estabelece uma metodologia de conversão, a Companhia optou por converter os saldos pela taxa de câmbio de fechamento de cada balanço patrimonial, e outros movimentos no patrimônio líquido foram convertidos pela taxa média mensal, exceto aqueles que correspondem a transações específicas com os acionistas que foram convertidas pela taxa de câmbio da data da transação.
- Para a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia utilizou a taxa média anual para a conversão dos saldos de variações de ativos e passivos dos itens dos fluxos operacionais. Para as demais transações, foram utilizados a taxa histórica das transações. Todas as diferenças de conversão resultantes foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido dentro da conta “Ajuste acumulado de conversão”.

c. Disponibilidades

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

d. Reconhecimento de receitas e despesas

Receita líquida com instrumentos financeiros

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros para negociação.

Receita (Despesa) de juros

A receita (despesa) de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os juros de instrumentos financeiros avaliados a valor justo no resultado são registrados em “Resultado líquido com ativos financeiros para negociação”.

Receita de dividendos

Para investimentos classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda, a receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos de instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, são registrados no resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”, e os dividendos recebidos em investimentos classificados como disponíveis para venda são classificados em “Resultado líquido com ativos financeiros disponíveis para venda”.

e. Instrumentos financeiros

Essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção antecipada do IFRS 9.

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos ou passivos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual. Em decorrência da adoção antecipada do IFRS 9 sem eleger a opção de valor justo, a Companhia passou a classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação no curto prazo.

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento

inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou
- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou
- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em “Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

Participações societárias

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em Outros resultados abrangentes as variações no valor justo de participações que não estão mantidos para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no IFRS 3. Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecido no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados.

Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reco-

nhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Reclassificações

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior a mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do IFRS 9, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no IAS 39.

Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido a companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a companhia espera recuperar.

Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- o não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- a deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- o descumprimento de *covenants*;
- a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

f. Avaliação do portfólio da entidade de investimento:

O portfólio de uma entidade de investimento está a valor justo com suas respectivas oscilações transitando pelo resultado. O investimento mantido pela BTG Holdco (por meio da BTG Investments LP) estão definidos como investimentos subjacentes. Estes investimentos correspondem substancialmente ao investimento no *GEMM* e *Merchant Banking*, que são geralmente feito diretamente ou através de investimentos em fundos de participação. Os investimentos do *Merchant Banking* representam participação acionária ou investimento com risco e retorno característicos de títulos patrimoniais. A Companhia pode ajustar tais valores se, na sua visão, os valores não refletirem o preço, o qual seria pago em um mercado aberto e irrestrito entre partes informadas e prudentes, não agindo de forma compulsiva.

O portfólio da entidade de investimento é mensurado segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que possa ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*. Os modelos de precificação são desenvolvidos internamente e são revisados pela equipe responsável, que é independente das áreas geradoras de receita, eles são atualizados quando existir evidência de eventos que possam ter afetado a precificação dos ativos. O portfólio da entidade de investimento inclui participação em fundos de *private equity* oriundos principalmente das nossas atividades de *Merchant Banking* e Derivativos *OTC* cujas precificações dependem de *inputs* não observáveis. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Premissas de avaliação do Nível 3

Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de <i>private equity</i> (investimentos sem cotação)	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, transações de mercado (<i>M&A</i>) avaliação por múltiplos.	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macro econômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

g. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Valores a receber/a pagar a corretoras

Os valores a receber de/a pagar a corretoras incluem negociações pendentes de liquidação e valores de caixa mantidos junto a/devidos a corretoras e outras contrapartes da Companhia.

Após a mensuração inicial, os valores a receber/a pagar a corretoras serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável.

i. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências Ativas - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências Passivas - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

j. Destinação de resultado

Os dividendos são classificados como passivo, quando forem declarados pela diretoria e aprovados pela assembleia geral extraordinária/ordinária.

k. Informações por segmento

O IFRS 8 determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A administração acredita que a Companhia possui apenas um segmento que está relacionado com o conjunto de atividades do banco de investimentos e, portanto, nenhuma informação por segmento é divulgada.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houveram alterações nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A ênfase abaixo dos auditores independentes consta das demonstrações financeiras:

PPLA Participations, para as seguintes datas base:

31 de dezembro de 2018.

A Companhia apresenta redução recorrente no Patrimônio Líquido ao longo dos últimos exercícios, ocasionada principalmente por perdas decorrentes de marcações a mercado negativas em seu portfólio de entidades de investimento e a reversão do quadro deficitário depende do sucesso das iniciativas tomadas pela Administração. Essa situação indica a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

31 de dezembro de 2017.

Não há parágrafo de ênfase nesta data base.

31 de dezembro de 2016.

Chamamos a atenção para a nota explicativa no 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia foi atingida por uma série de notícias envolvendo seu principal acionista e então administrador. A referida nota inclui também informações relevantes que afetam as operações da Companhia, o processo de investigação, e as

medidas de conservação de liquidez relacionadas à distribuição de dividendos, dentre outras informações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas Políticas Contábeis Críticas

Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*).

As práticas contábeis descritas na nota 3 foram aplicadas consistentemente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, na exceção da adoção do *International Financial Reporting Standard 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas – Entidades de Investimento (Alteração)*, conforme descrito nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e os impactos da adoção do IFRS 9, descritos abaixo.

Pronunciamentos do IFRS revisados

I. Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- **IFRS 16 – Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e não há impactos para as demonstrações contábeis da Companhia.
- **IFRS 17 – Contratos de Seguros:** O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - **Modelo Padrão:** aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - **Premium Allocation Approach (PAA):** aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;

- Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de duas opções:
- Isenção temporária: adoção da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, ou seja, a partir de janeiro de 2021. Esta opção se aplica, apenas, às entidades com atividades relevantes de seguro (acima de 80% dos passivos totais) e que não tenham aplicado antecipadamente a IFRS 9;
- Abordagem de Sobreposição: adoção da IFRS 9, contudo, para os ativos reclassificados para a categoria Valor Justo por meio do Resultado, transferir os efeitos da adoção da IFRS 9 do Resultado do período para Outros Resultados Abrangentes até a vigência da IFRS 17.

A Companhia não possui contratos de seguros na data-base de elaboração dessas demonstrações contábeis.

- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (Joint Ventures) - As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2019, e contemplam uma

visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados da Companhia.

Principais práticas contábeis

a. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer que a administração faça estimativas e premissas que podem afetar os saldos reportados dos ativos e passivos e a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, assim como os montantes reportados de receitas e despesas durante o exercício. As estimativas são baseadas na experiência histórica e vários outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis segundo as circunstâncias, os resultados que formam a base para os julgamentos sobre valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são determinados através de outras fontes. Os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

b. Moeda funcional e de apresentação

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, uma vez que a maioria das transações dos negócios da Companhia são nesta moeda. A moeda funcional das controladas é geralmente a moeda do país em que estão inseridas.

Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das controladas, cuja moeda funcional é diferente da adotada pela Companhia, são convertidas para moeda funcional da Controladora utilizando os critérios definidos no IAS 21.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas que não sejam o dólar norte-americano são convertidos para dólar norte-americano às taxas de câmbio de fechamento em cada final de período. As transações não monetárias de ativos e passivos são convertidas pela taxa histórica. As transações durante o encerramento do exercício, incluindo compras e vendas de títulos, receitas e despesas, são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e as perdas em transações em moeda estrangeira são incluídos em ganhos cambiais líquidos na demonstração do resultado abrangente.

Moeda de apresentação

Esta demonstração financeira está sendo apresentada usando o Real como moeda de apresentação exclusivamente para atender aos requerimentos específicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador brasileiro.

A conversão da moeda funcional dólares norte-americanos para Reais (moeda de apresentação) foi efetuada considerando a metodologia prevista no IAS 21 – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras que são resumidas a seguir:

- As contas de ativo e passivo foram convertidas pela taxa de câmbio de fechamento de cada balanço patrimonial. As contas de resultado foram convertidas usando a taxa média mensal.
- Em relação aos saldos de patrimônio de cada período para os quais o IAS 21 não estabelece uma metodologia de conversão, a Companhia optou por converter os saldos pela taxa de câmbio de fechamento de cada balanço patrimonial, e outros movimentos no patrimônio líquido foram convertidos pela taxa média mensal, exceto aqueles que correspondem a transações específicas com os acionistas que foram convertidas pela taxa de câmbio da data da transação.
- Para a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia utilizou a taxa média anual para a conversão dos saldos de variações de ativos e passivos dos itens dos fluxos operacionais. Para as demais transações, foram utilizados a taxa histórica das transações. Todas as diferenças de conversão resultantes foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido dentro da conta “Ajuste acumulado de conversão”.

c. Disponibilidades

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

d. Reconhecimento de receitas e despesas

Receita líquida com instrumentos financeiros

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros para negociação.

Receita (Despesa) de juros

A receita (despesa) de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os juros de instrumentos financeiros avaliados a valor justo no resultado são registrados em “Resultado líquido com ativos financeiros para negociação”.

Receita de dividendos

Para investimentos classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda, a receita de dividen-

dos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os dividendos de instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, são registrados no resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”, e os dividendos recebidos em investimentos classificados como disponíveis para venda são classificados em “Resultado líquido com ativos financeiros disponíveis para venda”.

e. Instrumentos financeiros

Essa seção descreve as práticas contábeis decorrentes da adoção antecipada do IFRS 9.

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos ou passivos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual. Em decorrência da adoção antecipada do IFRS 9 sem eleger a opção de valor justo, a Companhia passou a classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em “Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação”.

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos

especialmente com a finalidade de negociação no curto prazo.

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou
- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou
- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em “Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

Participações societárias

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em Outros resultados abrangentes as variações no valor justo de participações que não estão mantidos para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no IFRS 3. Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecido no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados.

Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Reclassificações

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior a mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num exercício de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializada ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito con-

comitante à adoção do IFRS 9, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no IAS 39.

Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido a companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a companhia espera recuperar.

Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- a baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- o não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- a deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- o descumprimento de covenants;
- a mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e

- a liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

f. **Avaliação do portfólio da entidade de investimento**

O portfólio de uma entidade de investimento está a valor justo com suas respectivas oscilações transitando pelo resultado. O investimento mantido pela BTG Holdco (por meio da PPLA Investments) estão definidos como investimentos subjacentes. Estes investimentos correspondem substancialmente ao investimento no GEMM e Merchant Banking, que são geralmente feito diretamente ou através de investimentos em fundos de participação. Os investimentos do Merchant Banking representam participação acionária ou investimento com risco e retorno característicos de títulos patrimoniais. A Companhia pode ajustar tais valores se, na sua visão, os valores não refletirem o preço, o qual seria pago em um mercado aberto e irrestrito entre partes informadas e prudentes, não agindo de forma compulsiva.

O portfólio da entidade de investimento é mensurado segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que possa ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do input. Os modelos de precificação são desenvolvidos internamente e são revisados pela equipe responsável, que é independente das áreas geradoras de receita, eles são atualizados quando existir evidência de eventos que possam ter afetado a precificação dos ativos. O portfólio da entidade de investimento inclui participação em fundos de private equity oriundos principalmente das nossas atividades de Merchant Banking e Derivativos OTC cujas precificações dependem de inputs não observáveis. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no reconheci-

mento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Premissas de avaliação do Nível 3

Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de <i>private equity</i> (investimentos sem cotação)	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, transações de mercado (<i>M&A</i>) avaliação por múltiplos.	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macro econômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.
Derivativos	Modelos padrões e preços sugeridos	Probabilidade de inadimplência e de recuperação

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

g. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Valores a receber/a pagar a corretoras

Os valores a receber de/a pagar a corretoras incluem negociações pendentes de liquidação e valores de caixa mantidos junto a/devidos a corretoras e outras contrapartes da Companhia.

Após a mensuração inicial, os valores a receber/a pagar a corretoras serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável.

i. Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências Ativas - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evi-

dências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências Passivas - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

j. Destinação de resultado

Os dividendos são classificados como passivo, quando forem declarados pela diretoria e aprovados pela assembleia geral extraordinária/ordinária.

k. Informações por segmento

O IFRS 8 determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A administração acredita que a Companhia possui apenas um segmento que está relacionado com o conjunto de atividades do banco de investimentos e, portanto, nenhuma informação por segmento é divulgada.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo PPLA Participations, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Exceto pelas operações realizadas no curso normal de seus negócios referentes à compromissos futuros prestados indiretamente, a PPLA Participations não possui quaisquer operações não registradas em seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da PPLA Participations.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco BTG Pactual;

Não aplicável tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

c) novos produtos e serviços

Não aplicável tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

10.8 - Plano de negócios

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco BTG Pactual;

Não aplicável tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que o PPLA Participations não tem por prática realizar um plano de negócios.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável, considerando que toda a informação financeira da PPLA Participations e suas subsidiárias foi pormenorizadamente tratada ao longo dos demais itens desta Proposta da Administração.

3.1 Parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018

Aos
Administradores e Acionistas da
PPLA Participations Ltd.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da PPLA Participations Ltd. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PPLA Participations Ltd. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa

Auditoria da Companhia PPLA Investments Ltd.

Em 31 de dezembro de 2018, a PPLA Participations Ltd. possui investimentos no montante de R\$ 3.799 mil na Companhia PPLA Investments Ltd. avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras dessa investida foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 29 de março de 2019, sem modificação, contendo o parágrafo de Incerteza significativa apresentado a seguir:

Continuidade operacional

A Companhia apresenta redução recorrente no Patrimônio Líquido ao longo dos últimos exercícios, ocasionada principalmente por perdas decorrentes de marcações a mercado negativas em seu portfólio de entidades de investimento e a reversão do quadro deficitário depende do sucesso das iniciativas tomadas pela Administração. Essa situação indica a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos

A Companhia possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros a valor justo requer da Administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos trabalhos de especialistas envolvidos na precificação de instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos para nos ajudar na avaliação das metodologias de precificação e premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos complexos e ilíquidos, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia na nota explicativa nº 5 das demonstrações contábeis.

Transações com partes relacionadas

A Companhia é parte integrante de uma estrutura organizacional com diversos veículos legais, no Brasil e no exterior, e realiza dentro do âmbito de suas operações, transações com essas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do entendimento das políticas e procedimentos que a Companhia possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obten-

ção de representação formal por parte da Administração, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas a Companhia. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, bem como a eliminação de seus efeitos, quando aplicáveis, nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da PPLA Participations Ltd., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Continuação

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo

Leonardo Boiani Antoniazzi

Contador CRC 1SP-212.827/O-0 Contador CRC 1SP-255.559/O-5

4. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2018, distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio – Anexo 9 – 11 – II da Instrução CVM n. 481/2009.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. *Informar o lucro líquido do exercício*

O prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$162.956 mil.

2. *Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados*

A PPLA Participations não pagou dividendos ou juros sobre capital próprio para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

3. *Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído*

Não houve distribuição do lucro líquido para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

4. *Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.*

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, declaração de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. *Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:*

a. *O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe*

Não aplicável.

b. *A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio*

Não aplicável.

c. *Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio*

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido/(prejuízo) do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Ano	Valor R\$
2018	(2,34)
2017	(1,29)
2016	0,16

Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 03 (três) exercícios anteriores

Dividendos				
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
2016	-	-	-	-
2017	-	-	-	-
2018	-	-	-	-

Juros sobre capital próprio				
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D
2016	-	-	-	-
2017	-	-	-	-
2018	-	-	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não há destinação do lucro à reserva legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A PPLA Participations não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos de seu Estatuto Social, a PPLA Participations poderá, periodicamente e de acordo com a Lei, declarar dividendos a serem pagos aos Sócios, na proporção da quantidade de ações detidas por eles em qualquer outro período.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A PPLA Participations não pagou dividendos ou juros sobre capital próprio para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

c. *Informar o montante eventualmente retido*

A PPLA Participations não possui dividendo obrigatório retido.

11. *Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia*

a. *Informar o montante da retenção*

A PPLA Participations não possui dividendo obrigatório retido.

b. *Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos*

A PPLA Participations não possui dividendo obrigatório retido.

c. *Justificar a retenção dos dividendos*

A PPLA Participations não possui dividendo obrigatório retido.

12. *Havendo destinação de resultado para reserva de contingências*

a. *Identificar o montante destinado à reserva*

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

b. *Identificar a perda considerada provável e sua causa*

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

c. *Explicar porque a perda foi considerada provável*

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

d. *Justificar a constituição da reserva*

Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.

13. *Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar*

a. *Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar*

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. *Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva*

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. *Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias*

a. *Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva*

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. *Identificar o montante destinado à reserva*

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

c. *Descrever como o montante foi calculado*

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. *Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital*

a. *Identificar o montante da retenção*

Não há retenção de lucro prevista em orçamento de capital.

b. *Fornecer cópia do orçamento de capital*

Não há retenção de lucro prevista em orçamento de capital.

16. *Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais*

a. *Informar o montante destinado à reserva*

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. *Explicar a natureza da destinação*

Não há destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

5. Nomeação da empresa de auditoria independente

Propõe o acionista majoritário que a firma de auditoria independente Baker Tilly Brasil, seja nomeada como auditor independente da Companhia até a conclusão da próxima Assembleia Geral Ordinária (*Annual General Meeting*).

6. Eleição de Membros do Conselho de Administração – Itens 12.5 A 12.10 do Formulário de Referência

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.5 / 8 - Composição e experiência profissional do Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo a ocupar	Data da Assembleia que irá deliberar a eleição do indicado	Data da Posse	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas o emissor	Indicado pelo controlador	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência:	Números de mandatos consecutivos
John Huw Gwili Jenkins	20/02/1958	Bancário	234.539.518-40	Membro efetivo	30/04/2019	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2020	N.A.	Sim	Não	8
Roberto Balls Sallouti	26/02/1972	Economista	135.962.478-37	Membro efetivo	30/04/2019	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2020	N.A.	Sim	Não	8
Cláudio Eugênio Stiller Galeazzi	27/06/1940	Contador	381.876.128-00	Membro efetivo	30/04/2019	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2020	N.A.	Sim	Sim*	9
Mark Clifford Maletz	22/01/1959	Professor	000.000.000-00	Membro efetivo	30/04/2019	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2020	N.A.	Sim	Sim*	4
Nelson Azevedo Jobim	12/04/1946	Advogado	059.071.670-34	Membro efetivo	30/04/2019	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2020	N.A.	Sim	Não	3
Guillermo Ortiz Martínez	21/07/1948	Economista	000.000.000-00	Membro efetivo	30/04/2019	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2020	N.A.	Sim	Não	3
Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo	15/10/1966	Economista	899.745.067-00	Membro Efetivo	30/04/2019	-	1 ano ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2020	N.A.	Sim	Não	1

* "Conselheiro Independente" caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Experiência profissional/ Declaração de eventuais condenações:

John Huw Gwili Jenkins - 234.539.518-40

i. Currículo:

John Huw Gwili Jenkins é partner do Grupo BTG Pactual, com base no escritório de Londres. Executivo do UBS Investment Bank de 1996 a 2007, ocupou diversas posições na instituição, onde foi Presidente de janeiro de 2006 a setembro de 2007 e CEO de julho de 2005 a setembro de 2007. Anteriormente Jenkins foi de Chefe Global de Equities, e Chefe de Equities para Américas, Chefe Ajunto de Equities para EUA, Chefe de Equities para Ásia e Pacífico e Chefe de Equities para Ásia. Antes de ingressar no UBS trabalhou no BZW de 1986 a 1996 e no Hill Samuel em 1986. Grande parte de sua carreira se desenvolveu na Ásia e nos Estados Unidos. Jenkins é graduado pela Liverpool University com MBA pela London Business School. // O Sr. John Huw Gwili Jenkins declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Banco BTG Pactual S.A (Vice Presidente do Conselho de Administração); BTG Pactual Asia Limited (Director); BTG Pactual Europe LLP (Director); BTG Pactual Spanish Trading Holdings Ltd (Director); Engelhart CTP Group (UK) Ltd. (Director); Engelhart CTP Group S.A. (Director); PPLA Participations Ltd (Director), Lutece Holdings Ltd. Maybrooke Holdings S.A.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Roberto Balls Sallouti - 135.962.478-37

i. Currículo:

Roberto Balls Sallouti é CEO e membro do Conselho de Administração do BTG Pactual. Ingressou no Banco em 1994 e tornou-se sócio em 1998. Ao longo da sua carreira, foi responsável pelas áreas de renda fixa local e inter-

nacional, antes de tornar-se COO (Chief Operating Officer) em 2008. Em 2015, passou a ser CEO do Banco. É membro dos Conselhos da Febraban, do Mercado Livre, do Banco Pan e bacharel em Economia, com especialização em Finanças e Marketing pela University of Pennsylvania, Wharton School.// O Sr. Roberto Balls Sallouti declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Banco BTG Pactual S.A (Diretor Presidente e Conselheiro); Banco Pan S.A (Conselheiro); Banco Sistema S.A (Conselheiro); BSPE Participações e Empreendimentos S.A (Conselheiro); BTG GAM (UK) Limited (Director); BTG Pactual Casa de Bolsa S.A de C.V (Director); BTG Pactual Europe LLP (Director); BTG Pactual Gestora de Fondos de Inversion S.A de C.V (Director); BTG Pactual Global Asset Management Ltd. (Director); BTG Pactual MB GP Management Ltd (Director); BTG Pactual Proprietary Feeder (1) Ltd. (Director); BTG Pactual Reinsurance GP Ltd (Director); BTGP Servicios S.A de C.V (Director); PPLA Participations Ltd. (Director); Principal DSB Serviços de Óleo e Gás S.A (Conselheiro); BTG Pactual G7 Holding S.A (Diretor); BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. (Administrador); BTG Pactual Holding Financeira Ltda. (Administrador); BTG Pactual Holding S.A (Diretor); Partners Alpha Participações Ltda. (Administrador).

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Claúdio Eugênio Stiller Galeazzi - 381.876.128-00

i. Currículo:

Claudio Galeazzi é membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual e atua em São Paulo. Galeazzi ingressou no Banco BTG Pactual em agosto de 2010 como sócio. Ele desenvolveu uma sólida carreira em consultoria, reestruturação, recuperação, gestão interina e gestão de diversas empresas na economia real. Foi sênior em diversas empresas, como a Commercial VP of British Petroleum - empresa de mineração no Brasil, além de ter sido CEO das empresas: Cia. Estanifera do Brasil (CESBRA), Vila Romana e VR, Laticineos MOCOCA, ARTEX, LOJAS AMERICANAS, SENDAS, CBD (Grupo Pão de Açúcar) e CEO da CECRISA, além de ter fundado a empresa Galeazzi Associados. Sr. Galeazzi é Certified Public Accountant. Ele atuou como presidente do Conselho Nacional do SESI, Diretor do Instituto Euvaldo Lodi, Diretor da FIESP (Federação das Indústrias

de SP), vice-presidente da ANFAC (Associação Nacional de Factoring de) e atualmente é diretor do MAM (Museu de Arte Moderna de SP).// O Sr. Cláudio Eugênio S. Galeazzi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual S.A.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Mark Clifford Maletz - 000.000.000-00

i. Currículo:

Mark C. Maletz é membro do conselho de administração da nossa instituição. É membro sênior da Harvard Business School, sendo internacionalmente reconhecido nas áreas de estratégia, desenvolvimento de liderança e transformação organizacional. Antes de se tornar parceiro da Harvard Business School, foi sócio da McKinsey and Company, atuando na área de prática organizacional da Companhia. Foi professor no Babson College, em Massachusetts. É um dos fundadores do Centro de Pesquisa em Desempenho Corporativo, é Chairman Emeritus do Eastwest Institute e membro do conselho de administração do Global Capacity. O Sr. Maletz é formado na Faculdade de Dartmouth, além de possuir um Mestrado em Ciências Cognitivas, um Mestrado em Computação e Engenharia de Informação e Controle, e um PhD em Computação e Ciências da Comunicação pelo Instituto Industrial de Tecnologia da Universidade de Michigan.// O Sr. Mark Clifford Maletz declara para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual S.A., Membro do Conselho de Administração da PPLA Participations Ltd.; membro do Conselho de Administração do Global Capacity e Presidente Emérito do East West Institute.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Observação: Cumpre observar que nenhum dos membros do conselho de administração ora eleitos se enquadram no conceito de pessoa politicamente exposta, nos termos da legislação brasileira.

Nelson Azevedo Jobim – 059.071.670-34

i. Currículo:

Nelson Azevedo Jobim graduou-se em 1968 como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ocupou os cargos de membro e Presidente do Supremo Tribunal Federal de 1997 a 2006, Ministro da Justiça, Ministro da Defesa, Presidente do Conselho Nacional de Justiça e de Ministro e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. O Sr. Jobim atuou como advogado de 1969 a 1994; de 2006 a 2007; e de 2011 até 2016.// O Sr. Nelson Azevedo Jobim declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. // O Sr. Nelson Azevedo Jobim declara para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Sócio e Administrador do Escritório Nelson A. Jobim Advogados; membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual S.A.; membro do Conselho de Administração da PPLA Participations Ltd.; Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP; - apenas conselho consultivo que não tem interferência na gestão da empresa.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo - 899.745.067-00

i. Currículo:

Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo atua como membro do Conselho de Administração da PPLA Participations desde 2018. O Sr. Loyo ocupou, de 2007 a 2018, a posição de Diretor Executivo do Banco BTG Pactual e de Economista-Chefe do Banco BTG Pactual para a América Latina. De 2005 até 2007, o Sr. Loyo atuou como (i) Diretor Executivo por Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago, no Fundo Monetário Internacional (FMI); (ii) membro dos comitês de orçamento, de avaliação, de assuntos administrativos e de coordenação com a Organização Mundial do Comércio (OMC); e (iii) Presidente do Comitê de Avaliação (responsável por assuntos relativos ao Escritório Independente de Avaliação do FMI). O Sr. Eduardo Loyo foi professor de economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e atua como associado do Instituto de Estudos de Políticas Econômicas - Casa das Graças. O Sr. Eduardo Loyo é PhD em economia pela Princeton University e também ocupou posições de visiting faculty na Columbia University em 2003 e na INSEAD em 2002.// O Sr. Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo declara para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual S.A.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Guillermo Ortiz Martínez - 000.000.000-00

i. Currículo:

Guillermo Ortiz Martínez formou-se bacharel em economia na Universidad Nacional Autónoma de México e tem Mestrado e Doutorado em economia na Universidade de Stanford. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho da Weatherford International (uma grande empresa petrolífera e de equipamentos baseada em Genebra) e de diversas empresas mexicanas (incluindo Mexichem, ASUR, Grupo Comercial Chedraui e VITRO). Desempenhou importantes cargos, como Diretor Executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 1984 e 1988, além de Presidente do Banco do México entre 1998 e 2009 // O Sr. Guillermo Ortiz Martínez declara para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor:

Presidente do Conselho de Administração do BTG Pactual México; Membro do Conselho de Administração da PPLA Participations Ltd.; Membro do Conselho de Consultoria do Centro de Estabilidade Financeira; Membro do Conselho do Fórum Financeiro Internacional da China; Membro do Conselho de Consultoria do Instituto SWIFT; Membro do Conselho de Consultoria Internacional do Zurich Insurance Group, Ltd.; Membro do Conselho de Consultoria da Bombardier Inc.; Diretor da Per Jacobsson Foundation; Membro do Conselho de Administração da Weatherford International Plc.; Membro do Conselho de Administração da Vitro, S.A.B. de C.V.; Membro do Conselho de Administração do Grupo Comercial Chedraui, S.A.B. de C.V.; Membro do Conselho de Administração da Asur (Grupo Aeroportuario del Sureste, S.A.B. de C.V.); Membro do Conselho de Administração da Mexichem S.A.B. de C.V.; Membro do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Medicina Genômica (IMG); Membro do Conselho de Regulação Financeira Global (*Global Financial Regulation*); Membro do Conselho de Consultoria do Instituto de Globalização e Política Monetária do *Federal Reserve Bank of Dallas*; Membro do Conselho de Administração do Fórum de Economia Internacional das Américas/ Conferência de Montreal; Membro do *Group of Thirty*, grupo estabelecido em 1978 composto de representantes do setor público e privado que objetiva o estudo da economia pública e privada internacional.

iii. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

100%

iv. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Comitê no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não aplicável.

Observação: Cumpre observar que nenhum dos membros do conselho de administração ora eleitos se enquadram no conceito de pessoa politicamente exposta, nos termos da legislação brasileira.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não existem relações conjugais, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da PPLA Participations listados no item 12.6, entre os administradores do PPLA Participations e administradores de controladas diretas ou indiretas do PPLA Participations , entre os administradores do PPLA Participations ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do PPLA Participations e entre os administradores do PPLA Participations e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do PPLA Participations .

12.10 - Com relação aos membros do Conselho de Administração do emissor, seguem as relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre eles e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não há.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

O Sr. Roberto Balls Sallouti, membro do Conselho de Administração, é acionista da sociedade PPLA GP Management Ltd., controladora indireta da PPLA Participations.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas e alguma dessas pessoas

Não há.